



José Gabriel Ávila*

O Plano das Nove

“A miséria humana, embora pareça o contrário, provoca mais empatia e solidariedade à maioria das pessoas do que os responsáveis e agentes sociais podem suportar. É por isso que os dirigentes políticos perdem credibilidade e quem lhes dá espaço perde audiências.”

1. Ao contrário do que transparece das agendas informativas, o país real não vive suspenso da aprovação do Orçamento Geral do Estado.

As estratégias político-partidárias que durante o verão se focaram, quase exclusivamente, na continuidade do governo ou em eleições antecipadas, a meu ver, passam ao lado das preocupações do cidadão comum, mais sensibilizado com os efeitos das alterações ambientais na agricultura e na saúde, nos terríveis efeitos dos incêndios e na devastação que as guerras causam em países cujas populações indefesas passam fome e sede e vêem os seus familiares morrerem, indiscriminadamente.

A miséria humana, embora pareça o contrário, provoca mais empatia e solidariedade à maioria das pessoas do que os responsáveis e agentes sociais podem suportar. É por isso que os dirigentes políticos perdem credibilidade e quem lhes dá espaço perde audiências.

As recentes conversações entre o Governo de Montenegro e o PS sobre a proposta do OGE, limitadas apenas ao IRS/Jovem e à descida do IRC, são um bom exemplo de como os políticos olham a sociedade e quais os seus intentos conjunturais.

Não sendo questões menores o regresso dos jovens emigrantes ao seu país nem a actividade empresarial, existem outros problemas que, a meu ver, perturbam mais a vida das pessoas que mereciam ser discutidas: a falta de habitação e o alojamento de milhares de famílias, os salários baixos, a promoção ambiental e a protecção da natureza e da floresta, a promoção da saúde e a protecção da velhice, enfim, a promoção da dignidade da pessoa humana onde quer que ela viva e seja ela quem for. Reduzir a intervenção do Estado apenas à regulação e promoção da economia privada, descurando outros sectores fundamentais como: o bom funcionamento dos serviços públicos, o bem-estar, a saúde, a educação, a cultura, a co-responsabilização cívica e a solidariedade intergeracional, é fazer política de merceeiro, do deve e do haver, visando apenas as contas certas.

2. Aqui nos Açores, está tudo muito calado sobre a preparação do Plano e Orçamento Regionais para o próximo ano. Sendo certo que o OGE engloba algumas rubricas orçamentais com incidência na vida insular, o certo é que a Autonomia Política e Administrativa, a Constituição da República e os ditames da União Europeia determinam, ao pormenor, as competências de cada órgão e as correspondentes dotações financeiras.

Espera-se que os governantes regionais saibam escolher quais as opções políticas que melhor respondem às necessidades da população açoriana.

Em meu entender, o envelhecimento da população e a esperança média de vida - a pior em termos nacionais - envolve uma série de questões a que importa responder, urgentemente. A ela está associada a deficiente resposta do Serviço Regional de Saúde sobretudo em ilhas sem hospital e a necessidade de repensar as soluções que melhor satisfarão as necessidades das populações de algumas ilhas.

Está na hora de encontrar novas, competentes e satisfatórias respostas à prestação dos cuidados primários e diferenciados de saúde, adequando-as às necessidades das populações e da crescente procura dos Açores por visitantes de faixas etárias mais propensas ao surgimento inesperado de situações clínicas de várias ordens.

Este é um tema de que pouco se tem falado. Todavia, existe um crescente número de visitantes acometidos por patologias ocorridas durante a sua estadia no arquipélago que afetam a capacidade de resposta dos equipamentos do SRS. Esta situação deveria ser objecto

de apoios especiais da União Europeia, enquadrados no âmbito do estatuto de Região Ultraperiférica.

O destino Açores só continuará a ser procurado por europeus e norte-americanos, se responder satisfatoriamente às situações clínicas. Esta problemática pode influenciar o desenvolvimento do turismo de saúde, vertente de que os Açores beneficiarão na economia dos tempos livres.

Espero que no próximo Plano e orçamento para 2025 novas respostas políticas surjam em matéria tão importante.

A minha preocupação vai também para a promoção e preservação do ambiente e alterações climáticas. Sabendo-se que ninguém está preparado para inverter neste fenómeno, há que dar-lhe maior atenção e desenvolver políticas nos vários sectores de actividade.

Não é possível combater a instabilidade climática como se se tratasse de um problema estanque, sem envolver outros sectores da actividade económica: agricultura, florestas, pescas, produção de fontes renováveis de energia, mobilidade, estradas, meio de transporte, construção civil em zonas ribeirinhas, etc, etc.

A ONU, ainda recentemente publicou um mapa com as zonas ribeirinhas dos Açores que nos próximos anos serão atingidas pela subida inevitável das águas. O mapa é de fácil consulta, mas pelos vistos não demoveu os responsáveis de continuarem a construir em zonas perigosas, mesmo sabendo que as populações correm riscos.

Espero que o Plano e Orçamento Regionais para 2025 apresente novas perspectivas de desenvolvimento para conter e alterar o despovoamento e envelhecimento das ilhas menos populosas e apresente novas respostas à protecção ambiental e alterações climática.

Mais do mesmo é perder tempo, quando as nossas necessidades são tão urgentes.

